



peraltafil

CAIXILHARIAS DE ALUMÍNIO, S.A.

Rua dos Limites, nº179 - Silvalde
4500.486 Espinho - Portugal

30anos
1987.2017

Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos

1. Belmiro Manuel Alves Peralta de Sousa, número de documento de identificação 6227521, residente na Rua Padre Adrêgo, 10, 4500-641 Silvalde Espinho, na qualidade de representante legal de Peraltafil – Caixilharias de Alumínio, S.A com o número Identificação 505252716 com sede na Rua dos Limites, 179, 4500-486 Silvalde, Espinho, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de colocação de palas de sombreamento nos centros escolares, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a. Memória descritiva e justificativa do modo de execução da obra
- b. Nota justificativa do preço proposto
- c. Lista de preços unitários de todas as espécies de trabalhos previstas no mapa de medições
- d. Plano de trabalhos (Cronograma Financeiro, Mapa de Equipamento, Mapa de Mão de Obra, Mapa de

Trabalhos, Plano de Pagamentos)

3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4. Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a. Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b. Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional;
- c. Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional os titulares dos seus órgãos sociais de administração;
- d. Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal
- e. Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- f. Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código,
- g. Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b), do n.º 2, do artigo 562.º do Código do Trabalho;



peraltafil

CAIXILHARIAS DE ALUMÍNIO, S.A.

Rua dos Limites, nº179 - Silvalde
4500.486 Espinho - Portugal

30anos
1987.2017

- h. Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
- i. Não foi condenada por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes;
- i. Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii. Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii. Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv. Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j. Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo ii do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Silvalde 24 de Agosto de 2017